

30 de S. 2000  
MENCIONE-SE, PUBLIQUE-SE  
E EXPEÇA-SE  
Mel. T. C.

2000/05/31  
AM



Requerimento Nº 1338/ VIII / 1ª - AC

2000 - Maio - 31

**Assunto: PATRIMÓNIO RURAL DO DISTRITO DA GUARDA**

O que se vem passando em certos Concelhos da Raia e do Norte do Distrito da Guarda, é uma vergonha, um sintoma de terceiro-mundismo, de incultura e de falta de respeito pela nossa História e identidade cultural.

Estão a vender ao desbarato – mas se fosse por mais dinheiro era a mesma coisa – pedras centenárias retiradas das divisões de propriedades rurais ou de casas de campo, quintas, palheiras e outras construções tradicionais.

É degradante verificar o desmantelamento sistemático de alguns dos sinais mais significativos da nossa matriz rural e a sua transferência, em paletes, para Espanha e outros países europeus, um negócio que “enche os bolsos” a intermediários e evidencia o nosso alheamento pelo passado.

Um povo que não respeita a sua História não tem direito ao futuro e se é natural que a gente humilde das nossas aldeias não tenha sensibilidade para apreciar esta situação na sua dimensão cultural, ou, para quem vive com tantas carências materiais, receber algum dinheiro por pedras até será um bom negócio, já não se aceita a passividade de autoridades locais ou nacionais, de associações de defesa do património natural, cultural ou ambiental, etc., etc..

Sem nenhum exagero, estamos perante um património de valor semelhante aos Jerónimos ou à Torre de Belém. E por certo ninguém se calaria se, pedra a pedra, um dia destes, vissem levar esses monumentos para qualquer cidade da América ou do Japão... Então porque nos calamos neste caso?

nome do autor  
a preparar o expediente  
O Chefe de Divisão  
t. r. m.

M

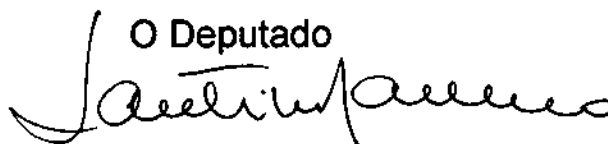


Muitos dos Autarcas responsáveis pelos Municípios onde vêm ocorrendo os factos relatados referem haver um vazio legal que os impede de actuar nessas situações.

Por outro lado não foi até ao momento notória a actuação de nenhum departamento da Administração Central impedindo que esses actos se viessem a concretizar.

Assim, ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais em vigor, requero ao Ministro da Cultura as seguintes informações:

1. Pretende o Ministério da Cultura promover alguma iniciativa legislativa tendente a impedir o desmantelamento do património rural construído no País em geral e no Distrito da Guarda em particular?
2. Tenciona o Ministério da Cultura iniciar desde já uma Campanha de fiscalização e sensibilização, por forma a evitar que se continuem a delapidar os traços mais significativos do nosso Mundo Rural?

O Deputado  
  
Santinho Pacheco